



IX Simpósio Nacional de História Cultural  
**Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo**  
**1968 – 50 ANOS DEPOIS**  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Cuiabá – MT  
26 a 30 de Novembro de 2018

**PODER E VIOLÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

Tatiane Coelho Antunes<sup>1</sup>

**PRELUDIANDO AS IDEIAS...**

A grande dificuldade em dar-se início a uma escrita talvez seja em decorrência do turbilhão de idéias que arrolam a mente (ou talvez a falta delas na angustiante eleição das palavras) e a necessidade de organização linear para corresponder as normas cotidianas. Linearidade? Que é ela e como segui-la quando o caminho (em se tratando do tema) a se trilhar é tão sinuoso e tortuoso.

“[...] Eu vos digo: é preciso ter ainda o caos dentro de si, para poder dar à luz uma estrela dançante”<sup>2</sup>... é utilizando este trecho de Nietzsche que descrevemos o prelúdio de idéias, esperando alcançar o reluzir desta estrela através desta escrita (entendimento do leitor/leitora).

---

<sup>1</sup> Assistente Social; graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Campus Cuiabá; Pós-graduada em Gestão de Pessoas pela Universidade de Cuiabá - UNIC; Pós-graduada em Gestão Pública Municipal pela Universidade Aberta do Brasil - UAB; Pós-graduada em Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília - UNB; Pós-graduada em Gestão do SUAS pelo Instituto Biodata de Educação; Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, endereço eletrônico: [taticantunes@hotmail.com](mailto:taticantunes@hotmail.com).

<sup>2</sup> NIETZSCHE, F. **Assim Falou Zaratustra**. Tradução, notas e posfácio de Paulo César de Souza. São Paulo, 2011. Companhia das Letras, pág. 18.

Pretendemos com esta escrita trazer reflexões sobre gênero e violência (dando voz a nomes centrais eleitos para este diálogo) realizando contrapontos entre relações de poder e normatização na perspectiva do filósofo Michel Foucault. Busca-se além disto, compreender através de um breve deslizar pela Teoria Decolonial as análises das relações de gênero, entendendo que ao considerar gênero como categoria de análise, faz-se necessário mencionar o processo de dominação colonial que ainda reverbera em nosso cotidiano, padronizando saberes, corpos e comportamentos, colaborando para a manutenção da violência.

## **1 VIOLÊNCIA: GÊNERO EM FOCO**

Começo, antes de mais nada, com a necessidade de analisarmos o termo violência para então, associa-lo a categoria de análise gênero. Utilizamos o entendimento sobre a questão da filósofa Hannah Arendt, que associando o termo ao conceito de política, refere que o poder ao reduzir as relações humanas às relações de dominação, acaba com a pluralidade humana e coisifica as pessoas. Com isso, o espaço entre os seres humanos estaria sendo destruído e as pessoas se colocando umas contra as outras, matando o diálogo e as palavras, ocasionando situações de violência.

[...] os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência, singular, que continua a ser singular, ainda que a mesma experiência seja multiplicada várias vezes. O mundo comum acaba quando é visto somente sob um aspecto e só se lhe permite uma perspectiva (ARENDR, 2007, pág. 67-68).

Quando a autora tratou de questões alusivas à violência fez isso através de um viés que caracterizava seu contexto atual, marcado pela monstruosidade histórica do nazismo na Alemanha. Assim, suas considerações sobre o tema não estiveram relacionadas diretamente as questões de gênero. No entanto, sua perspectiva de convivência, pluralidade humana e discurso fortalecem as discussões sobre a violência de gênero e as relações desiguais vivenciadas por homens e mulheres na sociedade.

Através do desenvolvimento dos estudos de gênero, alguns autores começaram a usar “violência de gênero” como um termo mais geral que “violência contra a mulher” (Saffioti & Almeida, 1995). A violência de gênero é originária diretamente das

desigualdades histórico-culturais reverberadas nas relações entre homens e mulheres<sup>3</sup> e se cruza diretamente com as categorias de classe e raça/etnia<sup>4</sup>. Ela ressoa através do estereótipo de virilidade masculina e da submissão feminina, associada a ordem patriarcal, que transmite aos homens anuência de dominação e controle perante as mulheres, podendo lançar mão da violência para isso. Utilizando desta lógica, a ordem patriarcal seria uma das formas de se manter a violência de gênero, uma vez que está na base das reproduções de gênero que validam as relações de desigualdade.

O predomínio do masculino, segundo Bourdieu (1999), desempenha uma "dominação simbólica" sobre todo o tecido social (corpos e mentes, discursos e práticas sociais), naturalizando desigualdades entre homens e mulheres. Para o autor a dominação masculina da estrutura e organiza concretamente e simbolicamente toda a vida social, relegando ao feminino um lugar secundário.

Atualmente a compreensão patriarcal tem sido reformulada sob um viés mais abrangente de análise, visto o entendimento quanto a existência de variações na forma como o poder patriarcal se estabelece e se regulariza, assim como as formas de oposição que as mulheres desenvolvem em cada contexto.

A análise de gênero desenvolvida por autoras como Joan Scott e Judith Butler, apontam um outro olhar para a violência de gênero, uma perspectiva muito além da dominação do masculino. Segundo Scott (1995), o estudo do conceito de gênero aconteceu através das feministas norte-americanas que tinham como objetivo contrapor o determinismo biológico entre os sexos e fortalecer o caráter social das relações entre homens e mulheres. Partindo da discussão proposta pela autora, tem-se que:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (SCOTT, 1995, pág. 86).

---

<sup>3</sup> Não será feita referência direta neste estudo da violência de gênero que atinge também os homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais, no entanto, entende-se que ao termo "mulher", associamos desigualdades e formas de violência também a estes grupos.

<sup>4</sup> Ao longo de todo o estudo deve-se considerar a categoria gênero associada a estas, perfazendo um movimento de interseccionalidade de relações.

A autora, utilizando de uma análise genealógica<sup>5</sup>, propõe entender como, ao longo da história, se produziram e legitimaram as construções de saber e poder sobre as relações de gênero. Ela contesta a universalidade das categorias homem e mulher, associadas a estruturas binárias que associam poder e dominação ao masculino e obediência e submissão ao feminino, ou seja, a polarização entre o que seja feminino e masculino. Superar esta oposição, é perceber homem e mulher, partes de uma mesma relação e não como opostos entre si.

Contribuindo com esta análise a filósofa Judith Butler (1990) problematiza a ideia de natureza como algo universal. Ela afirma que gênero está relacionado a uma ação performativa, produzida pelas práticas discursivas responsáveis pelas categorizações como homens e mulheres.

O gênero pode também ser designado como o verdadeiro aparato de produção através do qual os sexos são estabelecidos. Assim, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; o gênero é também o significado discursivo/cultural pelo qual a ‘natureza sexuada’ ou o ‘sexo natural’ é produzido e estabelecido como uma forma ‘pré-discursiva’ anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual a cultura age (BUTLER apud DUARTE, 2017).

Assim, o sexo não é natural, mas sim é produzido, discursivamente e culturalmente como o gênero, que é associado também a outros fatores de diferenciação como classe e raça/etnia. Essa perspectiva, portanto, permite a desconstrução do sexo biológico como demarcador dos limites identitários.

Estas definições trabalhadas pelas autoras implicam em compreender gênero como um elemento essencial das relações sociais baseadas nas diferenças percebíveis entre os sexos e como uma forma básica de representar relações de poder em que as representações dominantes são apresentadas como naturais e inquestionáveis.

Contudo, vimos que as relações de poder são questões centrais na análise da violência de gênero, e, para analisá-las recorreremos à noção de poder e de normatização através do filósofo francês Michel Foucault.

---

<sup>5</sup> Sobre o tema, foi citada a bibliografia FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

## 1.1 SOBRE AS RELAÇÕES DE PODER

As leituras realizadas e pesquisadas até o presente instante dão conta de que Michel Foucault em seus estudos não tratou diretamente de violência ou de gênero, no entanto, através da análise das relações de poder, podemos pensar sobre os temas. Ao examinarmos suas teorias busca-se perceber como o poder interfere na constituição das identidades e das subjetividades de gênero, criando padrões de conduta e legitimação.

O autor contribuiu para pensar o poder nos níveis moleculares das relações, no que podemos chamar de micropoderes (FOUCAULT, 1979). Para ele o poder deve ser visto como algo que funciona em rede, que atravessa todas as relações, sendo dinâmico e praticado por todos constantemente em um contexto de força e disputa.

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e o delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1979, p. 182).

O poder para Foucault desloca-se de sua relação direta com o Estado, na medida em que se reconhece a presença de relações de poder variáveis, que se colocam fora dele e que não devem ser analisadas como negativas, em termos de proibição ou de imposição. Sua intenção não é negar a importância do Estado, mas evidenciar que o poder vai além dele e se manifesta diversamente, através de diversas convergências, no caso em questão (relações de gênero), na família, na escola, nas instituições científicas e de produção de conhecimento.

Feita estas considerações podemos verificar que todas as pessoas se relacionam através de relações de poder, sendo este possuidor de um caráter variável frente aos sujeitos, em posição de dominação e assujeitamento (FOUCAULT, 1979). O que podemos considerar através do tema deste diálogo diz respeito ao movimento de cristalização nas relações de poder, citando como exemplo, às relações estabelecidas entre os sexos.

Foucault procurou entender como a verdade produz efeitos de poder (arqueologia), e como o poder produz efeitos de verdade (genealogia)<sup>6</sup>. Relacionando esta

---

<sup>6</sup> FOUCAULT, M. Genealogia e Poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

premissa com a temática, podemos citar como exemplos conhecimentos científicos que historicamente legitimaram a diferença entre os sexos como desigualdades, apontando para uma inferioridade das mulheres. Portanto, podemos verificar que não há saber neutro, todo saber é produzido, é político e elabora a realidade que vivemos.

O autor considera ainda o caráter normativo e disciplinador do poder enquanto instrumento de interferência na conduta das pessoas, onde os discursos produzidos nas relações legitimarão as possibilidades de atuação dos corpos e as subjetividades dos indivíduos e das populações. Segundo ele, o poder disciplinar é um poder que adentra as pessoas, de forma a legitimizar condutas e relações.

Em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura liga-las para multiplica-las e utilizá-las num todo. [...] Adentra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. [...] O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação, num procedimento que lhe é específico, o exame (FOUCAULT, 1987, p. 195).

A partir da obra *A História da Sexualidade*, Foucault (1976) demonstrou que o método mais eficaz de domínio das pessoas era através do controle de seus corpos, demonstrando como isto aconteceu ao longo das relações sociais. Mais diretamente, estas relações foram construídas sob a ótica do masculino, conforme já afirmava Simone de Beauvoir (1980) havendo, então, uma submissão do corpo e da sexualidade do feminino ao poder exercido pela sociedade.

Desta forma, será o sexo o definidor inicial que previamente determinará as expectativas sobre o/a sujeito/a, a partir do esquema binário masculino/feminino. Assim, a partir do controle dos corpos, realizado por meio das instituições que se prestam ao exercício do poder, são estabelecidas as determinações de gênero (SCOTT, 1995).

Mais uma vez, o que está em jogo é o lugar e as lutas entre saberes e discursos (políticos, religiosos, médicos, burgueses, brancos e masculinos) que esquadriham todo o tecido social, inclusive vários aspectos da vida privada e cotidiana, assujeitando, normatizando e normalizando, não conseguindo impedir as resistências, as escritas de

si, o ocupar-se de si, as atividades consagradas a si (FOUCAULT, 1985, p. 56-57).

Foucault, afirma ainda que onde há poder há sempre possibilidade de resistência, de modo que:

[...] *resistências* no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (FOUCAULT, 1976, p. 91-92).

Através da análise das normas e resistências frente as relações de poder abrem-se as possibilidades de percepção das regras, condutas, naturalizações e desigualdades frente as relações de gênero.

O poder somente pode agir sobre o sujeito se impuser à sua existência normas que o tornem reconhecível. Ademais, é preciso que o sujeito deseje o reconhecimento e que ele se vincule fundamentalmente às categorias que garantem a existência social. Este desejo de reconhecimento constitui uma vulnerabilidade particular, posto que o poder impõe uma ‘lei de verdade’ que o sujeito é obrigado a reconhecer. Isto significa que a vinculação fundamental a si, sem a qual não se pode existir, sofre desde o início a limitação das normas sociais, e que o fato de fracassar em se adaptar a essas normas põe em causa a possibilidade do indivíduo de perceber como durável o seu estatuto enquanto sujeito. (BUTLER, 2008/2009, pp. 111-112.)

Contudo, Butler ratifica que as normatizações como regulações sociais agem veementemente sobre as ações dos sujeitos de maneira a produzi-los como sujeitos humanos e não humanos, demarcando-os através de condicionantes raciais, de classe, de orientação sexual e até mesmo de gênero. Esta percepção de assujeitamento humano também reverbera nos estudos da Teoria Decolonial, tema elucidado no próximo item.

## **1.2 SOB UM VIÉS DE RECONHECIMENTO DECOLONIAL**

Acreditamos que por tudo o que já foi mencionado até este instante, o efêmero deslizar anunciado anteriormente através da Teoria Decolonial como opção de diálogo para as análises das relações de gênero tenha ganho clareza e sentido. O processo de dominação colonial, mesmo que simbólico, que ainda reverbera em nosso cotidiano,

padronizando saberes, corpos e comportamentos, colabora para a manutenção da violência.

TORRES apud DIAS (2014) menciona que a colonialidade seria o resultado do processo de colonização, sendo que este se conserva viva até os dias atuais, manifestando-se nas formas de saber, na cultura, no cotidiano, e nos padrões de comportamento da sociedade “colonizada”. A perspectiva decolonial trata de perceber estes padrões para sua superação, e além mais, questionar a liberdade usurpada pelos “saberes universalizantes”. É “*aprender a desaprender, a fim de voltar a aprender*” (WASI apud MIGNOLO, 2008, pág. 323)<sup>7</sup>.

Ao realizarmos uma pesquisa bibliográfica de estudos que tratam da questão de gênero sob o viés de reconhecimento decolonial percebemos se tratar de uma matriz de análise nova, um pensamento que tem buscado entender como a dominação colonial tem determinado, desde os primórdios desta, meios de disposição hierarquizada entre os gêneros. O que se percebe é que seja quais tenham sido as formas utilizadas, a violência e o poder sempre estiveram presentes nas relações humanas, demarcando saberes e legitimando dominações, sejam elas de gênero, classe ou de raça, termos que estão intrinsecamente associados como já citado anteriormente.

O conceito de Butler (2015) sobre a interseccionalidade parte do princípio que as diversas formas de dominação e desigualdades se cruzam, e este cruzamento faz com que as formas de violências sofridas pelas mulheres colonizadas agravam-se ao passo que se cruzam.

A autora Maria Lugones, filósofa feminista decolonial, propõe em seu artigo *Rumo a um feminismo descolonial*, o termo “colonialidade do gênero”.

Começo aqui a fornecer uma forma de compreender a opressão de mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo. Minha intenção é focar na subjetividade/intersubjetividade para revelar que, desagregando opressões, desagregam-se as fontes subjetivas/intersubjetivas de agenciamento das mulheres colonizadas. Chamo a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”. Chamo a possibilidade de superar a colonialidade do gênero de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014 pág. 940-941).

<sup>7</sup> MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Cadernos de Letras da UFF, Dossiê: literatura, língua e identidade, n.34, p.287-324, 2008.



Neste artigo ela se propõe a analisar a modernidade colonial através da imposição de gênero, partindo do pressuposto que esta imposição não é isolada e está presente nas relações cotidianas, sendo introduzido como modelo de legitimação desde o processo de colonização.

O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (LUGONES, 2014 pág. 936).

Segundo a autora, existe um modelo eurocêntrico de gênero que renega em seu meio raça e classe em sua legitimação. Considera-se o homem e a mulher com características opostas, sendo ele (branco) racional e dominador e a ela (branca) protetora e submissa. Tudo o que destoa deste contexto fica relegado ao esquecimento e a abjeção, estando assim, mais vulneráveis a situações de violência.

## **2 ALINHAVANDO OS TERMOS A TÍTULO DE CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS**

Como forma de cessar este movimento de escrita, consideramos inicialmente que todo o diálogo proposto tratou-se de uma perspectiva teórica a partir do entendimento de leituras e saberes construídos até aqui, onde lançamos apenas considerações provisórias a título de alinhavo dos termos mencionados. Esperamos que o turbilhão de idéias tenha feito sentido e seu construir tenha “seguido o compasso” da estrela dançante de Nietzsche.

Consideramos que as reflexões propostas e dialogadas com autores como Joan Scott, Judith Butler e Michel Foucault acerca das relações de gênero nos permitiram entender e questionar os padrões socialmente reconhecidos, desnaturalizando dispositivos de controle, onde a partir daí, pudemos perceber tratar-se de um campo continuamente sujeito à produção de violências e formas de assujeitamento humano.

Judith Butler (2015) destacou ser essencial a abertura de caminhos que nos levem a ressignificação, para a transformação que admita as reivindicações políticas das minorias através de uma democracia mais ampla. É preciso abrir espaço para um uso

distinto de diálogo onde, utilizando da perspectiva decolonial, entendemos ser possível denunciar as formas esquizofrênicas e reducionistas de pensar as relações de gênero (e também as de raça, classe, orientação sexual), partindo da necessidade de descolonização de nossas vidas, nossos corpos e nossos saberes.

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social (LUGONES, 2014 pág. 940).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

\_\_\_\_\_. **Retour sur les corps et le pouvoir**. In: Revue Incidences, Paris, n.4-5, 2008/2009.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan**. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2015.

DIAS, Letícia Otero. **O feminismo decolonial de María Lugones**. In: Anais ENEPEX, Dourados, 2014.

DUARTE, André de Macedo. **Reler Foucault à luz de Butler: Repensar a Biopolítica e o Dispositivo da Sexualidade**. Dois pontos: Curitiba, São Carlos, vol. 14, nº 1, p. 253-264, abril de 2017.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo decolonial**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014. ISSN 1806-9584. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995.